

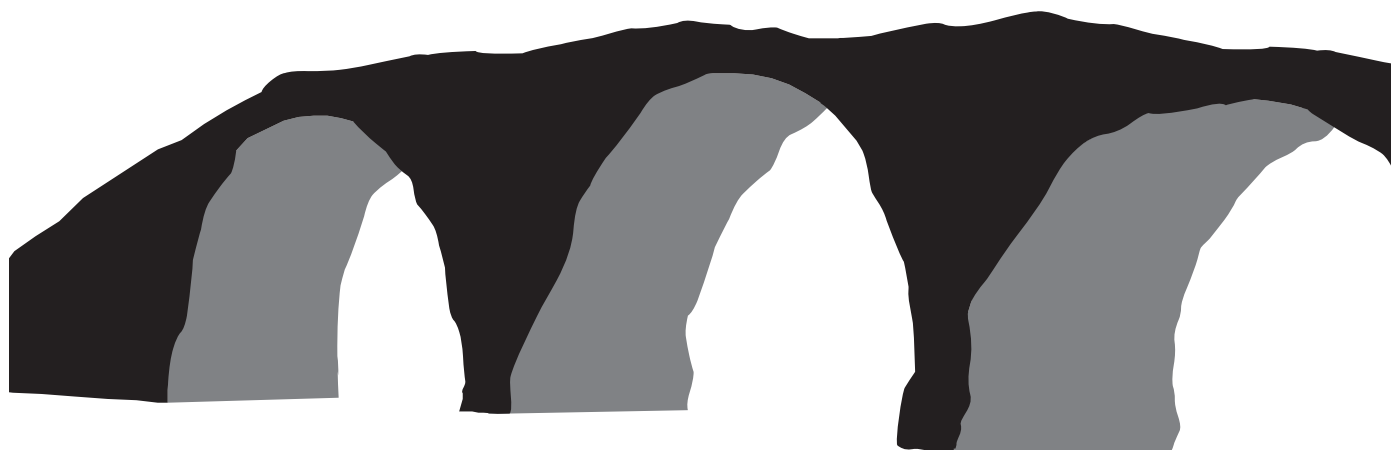
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 3 | Número 2 | Julho – Dezembro 2009

ISSN 1981-5875

**MONUMENTOS RESTAURADOS E HISTÓRIAS EM
RUÍNAS: AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO
SOBRADO DO IPHAN EM SÃO CRISTÓVÃO/SE**

Ton Ferreira
Vanessa Oliveira
Marcos Santana



MONUMENTOS RESTAURADOS E HISTÓRIAS EM RUÍNAS: AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO SOBRADO DO IPHAN EM SÃO CRISTÓVÃO/SE

Ton Ferreira¹
Vanessa Oliveira²
Marcos Santana³

RESUMO

O presente artigo é fruto das intervenções arqueológicas realizadas no processo de restauração do sobrado adquirido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional localizado na cidade de São Cristóvão/Sergipe. A pesquisa buscou compreender os usos do bem restaurado, bem como identificar as memórias a ele associadas. Através dos resultados foi possível identificar estruturas de uma casa do XVIII, cujos restos materiais foram usados na construção do sobrado, no século XIX. Associada à história do sobrado destaca-se Adriana Freire, ex-esposa do barão de Laranjeiras, cujas memórias foram suplantadas em detrimento da figura do ouvidor.

RESUMEN

El artículo es fruto de investigaciones arqueológicas desarrolladas en la restauración de un edificio histórico que actualmente pertenece al Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional localizado en la ciudad de São Cristóvão/SE Brasil. La investigación se ha limitado al entendimiento del espacio construido y del rescate de las memorias asociadas al monumento restaurado. Los hallazgos revelaron una pequeña casa del siglo XVIII cuyos restos materiales han sido usados en la edificación del siglo XIX. La puesta en valor de nuevas memorias como la de Adriana Freire en detrimento del mítico ouvidor ha hecho con que los datos de esta investigación hayan sido suplantados hasta los días actuales por el discurso oficial.

1 Becario MAE-AECID, doctorando en Arqueología y Patrimonio - Universidad Autónoma de Madrid. Calle Vitor de La Serna 44, Piso 6 C. Madrid CP.28016 Madrid. Email: tonferreira2000@yahoo.com.br, ton.ferreira@uam.es

2 PhD Student in History, York University. 327 York Lanes, York University, 4700 Keele St., Toronto, Ontario M3J 1P3. Email: vsol@yorku.ca

3 Professor da Universidade Federal de Sergipe, mestre em Sociologia e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Praça Samuel Oliveira, S/N, Centro, Laranjeiras-SE, CEP: 49.170-000. E-mail: mss-santana@hotmail.com

ABSTRACT

This paper is based on archaeological evidences carried out in the process of restoration of the house purchased by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional in São Cristóvão city, Sergipe (Brazil). The research sought to understand the uses of the house and the identification of its memories. The results bring out archaeological evidences related to a house built in the eighteenth century, whose remains were used in the construction of the main house built in the nineteenth century. The history of the house brings out Adriana Freire, the baron of Laranjeiras' ex-wife, whose memories have been forgotten to make room for the crown judge.

INTRODUÇÃO

No Brasil a construção do passado há muito tem sido feita buscando um discurso “homogêneo” no qual as diferenças são sumariamente excluídas na procura por uma história isenta de “tensões, contradições e variedades”. Essa política pode ser visualizada nas escolhas oficiais sobre o patrimônio arquitetônico que deve ser preservado e, sobretudo, quais “histórias” devem estar vinculadas a estes testemunhos materiais (Arantes, 1984).

Oficialmente, cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) todo o processo de identificação e proteção do patrimônio histórico brasileiro. No período “heróico” da instituição, entre as décadas de 1930 e 1960, a preferência pela arquitetura luso-brasileira era justificada como sendo portadora de herança da civilização europeia em detrimento da cultura nativa, cujos testemunhos eram considerados escassos ou inexistentes. Desta forma, as primeiras abordagens do IPHAN na construção de uma política patrimonial foram direcionadas pelo princípio de “pedra e cal”, na qual a estética atuava como principal argumento para justificar os processos de tombamentos.

Nesta perspectiva, o valor histórico⁴ agregado ao monumento não era algo prioritário nos processos de reconhecimento do que deveria ser preservado. Nos primeiros momentos da instituição, a autoridade intelectual dos seus dirigentes era usada como argumento para o tombamento de muitas edificações. O conhecimento histórico sobre estes monumentos não era uma preocupação,

4 A idéia de patrimônio consagrada nos finais do século XIX e inícios do século XX deve ao filósofo e historiador Alois Riegl a interpretação dos sentimentos modernos em relação aos monumentos. Dentre estes, os valores de história e de arte, posteriormente assumidos na teoria do restauro como instância histórica e estética, serão os pilares no processo de identificação e eleição do que deveria ser alvo de restauro e conseqüente proteção. Segundo o autor, o primeiro dos valores a ser levado em consideração seria o histórico, pois este possuiria uma maior dimensão e, portanto, merecia ser analisado antes de qualquer outro valor. “Llamamos histórico a todo lo que ha existido alguna vez y ya no existe. Según los conceptos más modernos, a esto vinculamos la idea de que lo que alguna vez ha existido no puede volver a existir, y que todo lo que ha existido constituye un eslabón imprescindible e inaplazable de una cadena evolutiva” (Riegl, 2008: 24).

fato corroborado pela ausência de historiadores ou arqueólogos no quadro de funcionários. (Fonseca, 1997:127)

Este cenário mudaria sensivelmente na década de 1960. Com a aposentadoria de Rodrigo de Melo Franco o Instituto perderia sua áurea de autoridade ‘nata’ no que se refere ao trato com o patrimônio histórico. Aliado a este fator, a onda desenvolvimentista que tomou o país após a década de 1950 entraria em contradição com a burocracia do IPHAN fazendo com que o órgão realizasse consideráveis mudanças na sua atuação. Neste mesmo contexto a disciplina arqueologia histórica passou formalmente a ser considerada um campo de pesquisa, e com a implantação da lei 3.924, o IPHAN abraçou a nova disciplina resgatando valores históricos dos monumentos em processo de restauração. (Lima, 1993: 223).

Com o desmantelamento e extinção do IPHAN, durante o governo Collor, os trabalhos de intervenções arqueológicas na restauração arquitetônica sofreram uma interrupção, evitando que novas abordagens sobre esse tema fossem desenvolvidas. Por outro lado, a vinculação da arqueologia histórica a restauração arquitetônica sob uma perspectiva histórico cultural, foi duramente criticada pelos arqueólogos que defendiam uma abordagem explicativa dos processos históricos. Este dois fatores contribuíram para que as práticas arqueológicas junto ao restauro arquitetônico emergisse na atualidade como um problema.

Os trabalhos de Albuquerque (1980), que pode ser considerado um dos pioneiros na aplicação da arqueologia à restauração arquitetônica, objetivaram revelar estruturas e resgatar a cultura material associada aos monumentos. O crescente interesse na arqueologia norte-americana, com viés antropológico, fomentou críticas as intervenções com este caráter. Neste contexto, Lima afirmava que “este [seria o] nível de atuação mais pobre, porque revela apenas os processos conscientes das sociedades, que corresponde às normas vigentes para a manutenção dos costumes e não para expor as suas causas” (Lima 1989:90).

Assim, não houve mudanças no caráter das intervenções nas décadas seguintes. O objetivo do arqueólogo continuou sendo a análise da cultura material resgatada, aferindo enquadramento estilístico ao monumento baseado em recortes de paredes sem aplicação dos preceitos estratigráficos aos estratos em cota positiva. Esta tendência chegou a ser resumida em um manual de caráter orientador editado pelo Monumenta⁵- IPHAN (Najjar, 2002).

Recentemente, no entanto, o arqueólogo Zarankin tem defendido uma leitura dos signos das disposições dos espaços e suas funções no controle e manutenção da sociedade capitalista. Segundo o autor esta é uma abordagem que pode ser

5 Programa de revitalização do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura com apoio da UNESCO. O programa pensa em restaurações que possam potencializar o patrimônio histórico para a exploração do turismo cultural, na mesma perspectiva defendida pela Conferencia de Quito (1967), cujo principal objetivo era de transformar as cidades históricas em produtos para a indústria cultural.

perfeitamente realizada sem escavações. Esta capacidade de leitura da arqueologia é entendida como um avanço da disciplina que liberta o profissional de amarras tradicionais, como pensar o fazer arqueológico aliado às categorias “tempo, lugar e procedimentos metodológicos” (Zarankin, 2001:2).

Entendemos que a leitura simbólica do espaço arquitetônico é louvável e pode ser realizada em qualquer momento da existência da edificação, independente da restauração. No entanto, esta é uma abordagem que não contribui diretamente para o procedimento da restauração arquitetônica, uma vez que ao realizar uma operação direta sobre a materialidade o arquiteto restaurador poderá modificar substancialmente o bem restaurado, para tanto dependerá de uma justificativa convincente. Assim, se pensamos num restauro que respeita a instância histórica do monumento, o arquiteto esperará do arqueólogo uma abordagem da edificação como um sítio arqueológico, no qual a identificação das diversas etapas construtivas por qual passou o monumento durante sua existência serão devidamente identificadas na sua materialidade e darão margem para a tomada de decisões na formatação do projeto de restauração.

Por outro lado, os recentes estudos da arqueologia da arquitetura têm demonstrado que qualquer interpretação simbólica que se pretenda realizar sobre um edifício histórico, sem levar em consideração uma abordagem estratigráfica do mesmo, não é isenta de incorrer em anacronismos ou em leituras muito pouco fiáveis, pois dificilmente um edifício chega aos nossos dias como concebidos, ou se quer foram concretizados como planejados, de modo que qualquer leitura simbólica do mesmo somente pode ser apreendida no seu espaço e tempo específicos⁶.

A valoração exacerbada da estética em detrimento do valor histórico do monumento ainda pode ser entendida como um problema na política de preservação do IPHAN. Este fato ficou notório nas etapas de restaurações do programa “Monumenta”, no qual muitos dos edifícios em processos de restauração não contemplaram o devido levantamento histórico - arqueológico. Quando realizados, estes estudos foram entendidos como secundários, não exercendo nenhuma contribuição direta para as escolhas realizadas na fase de projeto.

O nosso objeto de estudo se insere nesta problemática. O sobrado adquirido

6 A arqueologia da arquitetura é fruto de uma retomada dos estudos da edificação desde uma perspectiva arqueológica. Durante a década de 1980 Mannoni usando os princípios da estratigrafia propõe bases de intervenções que vislumbraram o edifício como continuidade do sítio arqueológico, demonstrando que a estratigrafia arqueológica proposta tal como sistematizara Harris (1991) não termina nos seus alicerces. Desta forma o arqueólogo deveria ser capaz de entender a construção na sua materialidade percebendo todo o processo evolutivo do edifício e somente após essa contextualização passar a leitura simbólica construtiva. O resultado foi à construção de um arcabouço sobre técnicas e materiais construtivos de diversos períodos da história, dando margem para a formação de uma disciplina complexa partilhada por arquitetos e arqueólogos. Os avanços da arqueologia da arquitetura possibilitaram expor os vários problemas da perspectiva estilística com a qual se trabalha anteriormente (Mannoni, 1994; Parenti, 1994; Cagnana, 2000).

pela oitava regional do IPHAN em 2005 localizado na cidade de São Cristóvão⁷, estado de Sergipe (fig. 1) foi tombado e comprado por se configurar como a edificação privada mais imponente do conjunto histórico da praça do São Francisco e segundo relatos recentes havia sido ouvidoria no período colonial. Por fim, o tombamento se deu tendo em vista este último fator: sua nomeação como antiga ouvidoria Província de Sergipe Del Rey⁸.

A intervenção arqueológica foi realizada ao mesmo tempo em que o edifício era desmontado. Contudo, o caráter de urgência nos inquietava quanto à abordagem que daríamos às intervenções, pois os exíguos prazos estipulados pelo cronograma da restauração não contemplavam a arqueologia como parte do projeto. As condições específicas deste trabalho impossibilitaram a realização de uma análise do edifício e de suas jazidas arqueológicas que permitisse contribuir com resultados à serviço da etapa de restauração do sobrado.

Nesta perspectiva, limitamo-nos a escavar a área ainda não impactada com o objetivo de entender o caráter de ocupação da edificação no decorrer de sua existência e as histórias vinculadas à sua construção. Contudo, os objetivos se mostraram polêmicos ao trazer à tona memórias suplantadas pelo discurso oficial na construção de uma história única e isenta de contradições.

Os resultados obtidos nos possibilitaram remontar dois momentos de ocupação do espaço em análise. Uma pequena casa térrea do século XVIII, voltada para a Rua do Sol, cuja estrutura foi usada como base para a consolidação do aterro do terreno onde no início do século XIX foi construído o sobrado adquirido pelo IPHAN. Os trabalhos realizados nesse espaço nos levaram à identificação da memória de Adriana Freire, cuja história havia sido dissociada da edificação em detrimento do ouvidor como figura emblemática na cidade. Nas páginas que seguem apresentaremos os principais resultados da pesquisa acreditando que a sua importância maior não se localiza nos resultados arqueológicos revelados, mas nos atores sociais a estes associadas e propositadamente esquecidos.

7 São Cristóvão, considerada a quarta cidade mais antiga do Brasil, foi tombada como patrimônio nacional na década de 1970. Possui um rico acervo arquitetônico colonial e na última década vem sendo alvo das políticas de restauração do programa Monumenta. O sobrado adquirido pelo IPHAN está localizado na Praça São Francisco, que em julho de 2010 foi inscrita no livro dos bens de interesse da humanidade, por apresentar um desenho correspondente às ordenanças Filipinas, constituindo assim, a única praça de desenho espanhol no Brasil. (ver www.iphan.gov/noticias)

8 SERGIPE. SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO. São Cristóvão e seus monumentos: 400 anos de história. Aracaju 1989, NASCIMENTO, José Anderson. Sergipe e seus monumentos. Aracaju: J Andrade, S/d.

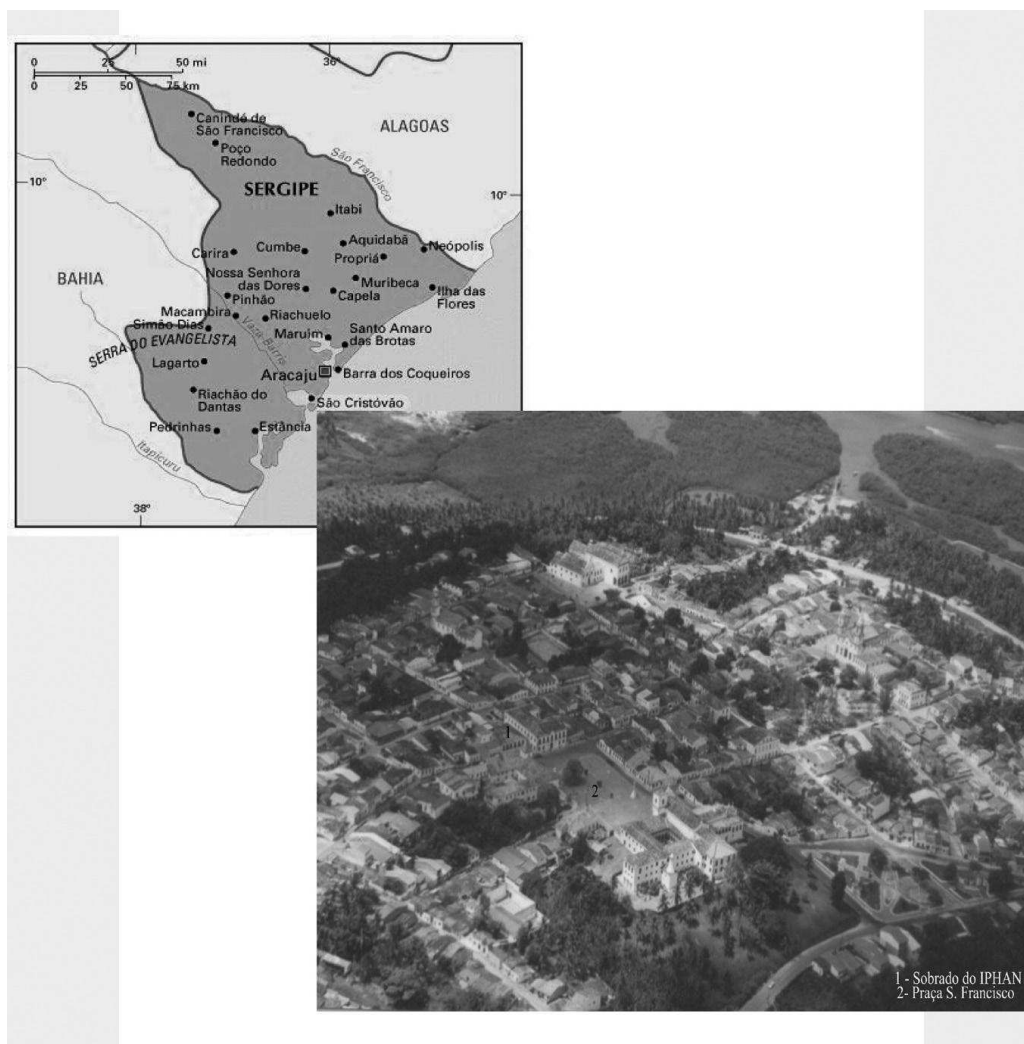


Figura 1: Localização de São Cristóvão

DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS NO QUINTAL DO SOBRADO

O espaço denominado de *quintal* constitui uma singularidade brasileira, com significados e funções diferentes dos pátios e áreas externas presentes nas mais variadas cidades ocidentais. Na organização do lotes para construção de casas desde o período colonial e até meados do século XIX, nota-se uma continuidade na forma de ocupação do terreno. As construções ocupavam todo o espaço frontal do lote, sem deixar espaços em relação à rua nem tampouco nas suas laterais. Neste sentido, todo o terreno atrás da construção, ainda nas delimitações do lote, constituía o quintal da casa. (Silva, 2004)

Usado como estratégia de abastecimento alimentar complementar, os quintais podiam abrigar pequenas construções para criação de animais de pequeno porte para o consumo ou mesmo para fins comerciais. Soma-se a essa funcionalidade a

utilização deste espaço para construção das chamadas “cozinhas sujas.” Segundo Carlos Lemos (1989), é possível notar que houve uma complementação da tradicional cozinha portuguesa, pois devido às especificidades do clima na colônia, a tradicional cozinha teria sido projetada para a extremidade final da construção, bem como construída uma complementação para o preparo de alimentos que exigissem maior tempo de cozimento.

Ainda com relação à funcionalidade, os quintais das cidades coloniais brasileiras abrigavam também a fossa séptica ou tonéis de excrementos. Tratava-se assim de um ambiente por vezes pouco salubre pela precariedade das condições sanitárias, num período em que as ações que visavam escoamento não se aplicavam aos quintais de chão batido. Luis Otávio (2004) ressalta que estas funções davam a este espaço um caráter por vezes privado, quase sempre escondido de transeuntes ou visitantes não íntimos. Ademais, o quintal poderia abrigar áreas para descarte temporário ou permanente de todo o lixo proveniente da atividade doméstica. Logo, as diversas funções atribuídas ao quintal necessitavam de uma extensão considerável do terreno.

Até 1850, as concessões de lotes se baseavam na extensão frontal da casa, uma consequência desse antigo costume foi a configuração dos quintais coloniais profundos em extensão e por vezes irregulares, destoando da tradicional forma retangular. A área atual do quintal no qual a escavação sistemática foi executada (fig.2) possui aproximadamente 6x10 de extensão. Contudo, no processo de escavação ficou evidente que estas medidas correspondem a uma pequena faixa da totalidade que compunha o terreno original, pois as estruturas evidenciadas denotavam direcionamentos de construção que perpassavam os limites do quintal atual.

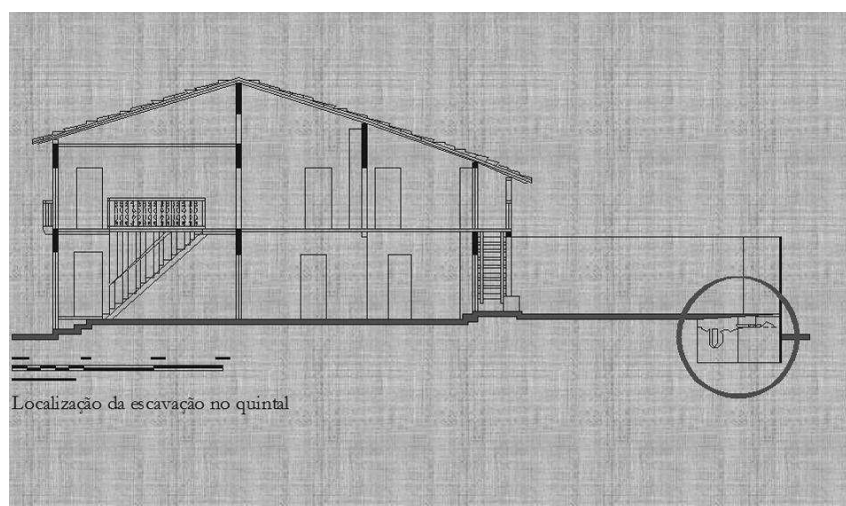


Figura 2: Localização da escavação no quintal

A sondagem de um metro e oitenta centímetros de profundidade realizada no quintal do sobrado revelou duas camadas. A primeira se caracteriza como um bolsão de sessenta centímetros de profundidade contendo uma diversidade significativa de cultura material. A segunda camada foi exposta até a comprovação de sua esterilidade e apresentou apenas alguns fragmentos cerâmicos que haviam se deslocado da camada anterior devido à intrusão de uma estaca de madeira. (fig3)

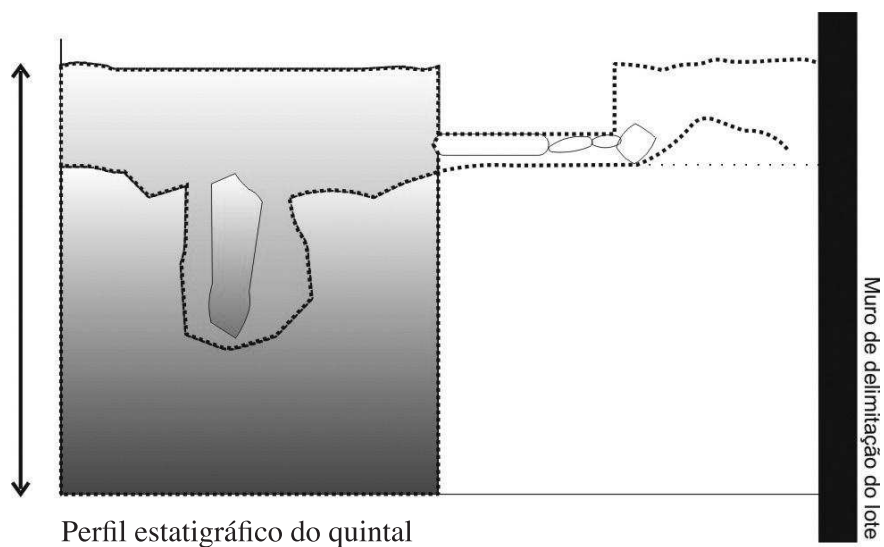


Figura 3: Perfil Norte quintal

Os alicerces que surgiram aos sessenta centímetros de profundidades se prolongavam e perpassavam o limite do lote. Esse fato nos possibilitou entender que o terreno atual possuía outra configuração até o final do século XVIII, sendo ocupado apenas por uma casa térrea de pequenas dimensões voltada para a Rua do Sol, atual rua professor Leão Magno. O alicerce de pedras calcárias unidas por uma argamassa à base de argila e cal encerra a camada de interesse arqueológico e está associado a fragmentos de faianças portuguesas comercializadas no século XVIII. O refugo doméstico associadao esse período se mostra bastante reduzido em número e em diversidade. Destacam-se as faianças portuguesas e vestígios que denotam uma alimentação baseada na carne bovina⁹ (fig. 4). A descoberta da casa da Rua do Sol esta diretamente associada aos assentamentos construídos nas primeiras décadas do século XVII, quando se firmou o núcleo definitivo da cidade.

9 O presente trabalho se limitou a classificar taxonomicamente os restos faunísticos. Somente uma análise zooarqueológica poderá identificar com maior segurança a fauna realmente consumida como alimento humano. Destarte foram identificados quatro classes: Bivalvia, Osteichthyes, Aves e Mammalia, sendo que desta última foram identificados cinco táxons, sendo: uma Tribo e quatro espécies.



Figura 4. alicerces da casa da Rua do Sol - foto Ton Ferreira

A FUNDAÇÃO DE SÃO CRISTOVÃO

O território sergipano era parte da capitania da Bahia de Todos os Santos, doada a Francisco Pereira Coutinho em 05 de abril de 1534, estando localizada entre esta e a capitania de Pernambuco. A região representava perigo interna e externamente, devido às investidas dos franceses empenhados no contrabando de pau-brasil, algodão, pimenta e aves, assim como pela presença de índios e escravos fugitivos. Foi com o propósito de garantir a segurança e a comunicação entre as duas capitanias mais importantes da colônia, a posse da terra ante a presença estrangeira e estender a área destinada às pastagens, que a Coroa Portuguesa ordenou em 1575 a conquista de Sergipe.

Para atender a este propósito, foram designados o padre Gaspar Lourenço e seu irmão João Salônio que iniciaram o trabalho de catequese, do qual resultaram as missões de São Tomé, Santo Inácio e São Paulo. Entretanto, a absorção efetiva só veio em 1590, quando uma expedição militar composta por aproximadamente três mil homens sob a liderança de Cristóvam de Barros conquistou o território, deixando um saldo de milhares de mortes e prisões entre os nativos. Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990: 67), em 1590 foi fundada São Cristóvão, na Capitania de Sergipe d'El Rey, “núcleo de expansão dos canais entre a foz

do rio São Francisco e a do rio Vaza-Barris, e ponto de apoio para penetração do gado e da roça de mantimentos”.

O processo de colonização foi assim interrompido em razão das invasões holandesas ao nordeste brasileiro. A integração de Sergipe deveu-se, sobretudo, à sua localização entre as duas principais capitanias¹⁰, servindo de zona de defesa diante das forças restauradoras baianas. Além disso, também teve função abastecedora, fornecendo gado para alimentação e montaria das tropas.

Em 1617, São Cristóvão possuía 100 fogos, 400 vizinhos, Igreja Matriz, Convento dos Carmelitas e a Casa da Misericórdia (Nunes, 1996: 174). Com a chegada dos holandeses e as lutas que se travaram nos canaviais essas edificações foram destruídas, o gado sacrificado e a cidade arrasada, ocasionando a interrupção da colonização iniciada em 1590. Após os estragos, sua reconstrução se fez lentamente. As evidências materiais resgatadas no quintal do sobrado adquirido pelo IPHAN, voltadas para a Rua do Sol, nos leva a situá-la cronologicamente neste segundo momento de reconstrução da cidade.

Na segunda metade do século XVIII, firmou-se a economia açucareira. A presença de uma produção significativa trouxe certa prosperidade para a Capitania, que nas primeiras décadas do século XIX assistia ao crescimento do número dos seus engenhos. Firmaram-se também os grandes proprietários de engenho que desempenharam papel de comando na vida sergipana exercendo o poder sobre seus dependentes e acentuando a diferenciação social da população na cidade, onde a origem e a cor determinavam o futuro dos indivíduos. D. Marcos de Souza (1944: 16), anos depois, destaca esse aspecto de São Cristóvão afirmando que os brancos, muitos deles europeus ou descendentes destes, dominavam a vida pública. Falando a respeito, destacou: “estes são os que servem nos cargos da câmara, nos portos das ordenanças, que contemplam como os mais enobrecidos empregos e com isso passam os seus dias muito satisfeitos”.

Foi justamente nesse contexto que o atual sobrado foi construído. Seu construtor, Tenente Coronel Francisco Xavier de Oliveira Sobral, o repassou em carta de doação para José Valentim de Oliveira Sobral em 1810 como dote para sua ordenação. De acordo com a escritura de doação feita pelo Tenente Coronel Francisco Xavier e sua esposa, Dona Anna Josefa de São Joaquim, a casa foi repassada para José Valentim sob a condição de que cumprisse com sua ordenação, ou contraísse matrimônio com alguém de agrado do casal. Caso as condições

10 O pesquisador Pedro Abelardo de Santana (2003) explicou a posição estratégica do território sergipano para comunicação entre as capitanias de Bahia e Pernambuco nas primeiras décadas da colonização do Brasil, revelando os meios de transporte, tempos e dificuldades vividas pelos colonos nessas viagens. Segundo Santana (2003: 63): “a conquista de Sergipe, sobretudo, liberou o caminho entre Bahia e Pernambuco para os viajantes que faziam esse percurso a pé – seguramente, conhecido já há uma década – para não serem mortos e comidos pelos naturais. O mesmo legado valia para os naufragos, que uma vez ali se perdendo, dificilmente escapavam do nacionais”

fossem negligenciadas, a casa retornaria às mãos de seus antigos proprietários. O inventário do pai de José Valentin, relata a construção do sobrado, que indica que a mesma tenha ocorrido entre o final do século XVIII e os primeiros anos do século XIX.

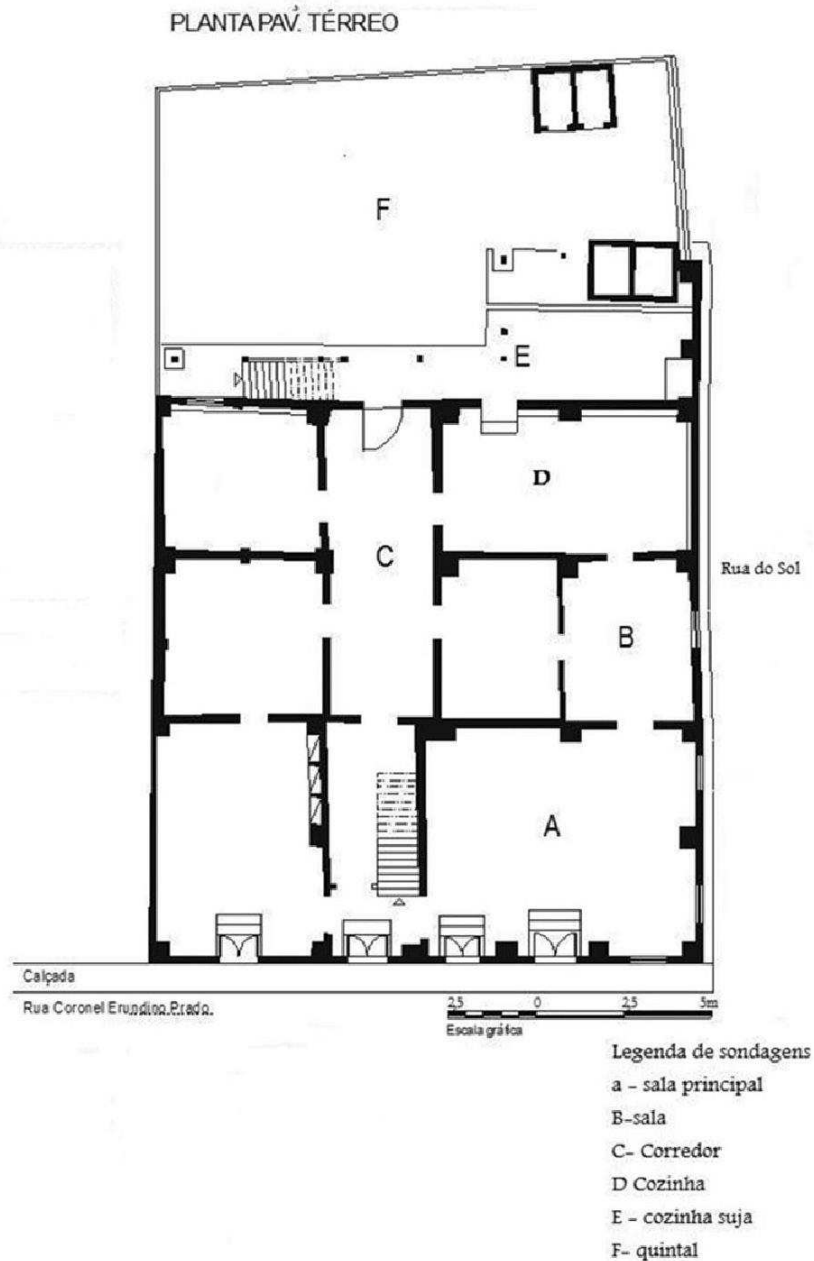


Figura 5: Intervenções realizadas no interior do sobrado

A casa ficou como propriedade do padre até sua morte, como consta no inventário do Tenente Coronel Luís Francisco Freire. De acordo com o documento, a casa foi adquirida por Luís Francisco Freire dos quatro herdeiros do padre. O inventário não especifica a data da compra, bem como os nomes desses herdeiros e a relação que estes tinham com ele. A documentação consultada não apresenta parentes próximos do padre. Como filho único, herdou os demais bens da família na forma de casas e dinheiro, fruto dos lucros auferidos pelos empréstimos feitos por seu pai. É possível que os herdeiros fossem filhos adotivos ou naturais do padre José Valentim ou outras pessoas que gozavam de sua estima e da sua família.

DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS NO INTERIOR DO SOBRADO

As intervenções que conseguimos realizar no interior do sobrado foram pontuais, dada as circunstâncias dos trabalhos já especificados anteriormente, de modo que nos limitamos a sondar os espaços A, B, C, D e E . (fig.5)

Dos resultados das sondagens realizadas no interior do sobrado ressaltamos a quadra A, localizada na sala principal. A intervenção nesse espaço revelou uma camada contendo restos construtivos e faianças fruto do descarte da casa da Rua do Sol. Podemos inferir que no momento da construção do sobrado parte do entulho da pequena casa térrea foi usada como aterro para a consolidação do terreno.

A construção de um sobrado voltado para direção contrária à da casa da Rua do Sol nos remete a uma questão intrigante. Sabe-se que os terrenos eram valorizados pela metragem de largura que possuía em relação à rua (Lemos, 1989). Neste sentido, é provável que quando a casa da Rua do Sol foi construída o espaço que se denomina hoje Praça São Francisco, composto pelos monumentos mais imponentes da cidade de São Cristóvão não existisse como tal. De outro modo, o que justificaria construir uma casa com o seu quintal voltado para uma das praças principais da cidade? Assim, é provável que no momento da construção do sobrado no final do XVIII a conjuntura geográfica desse espaço da cidade já fosse semelhante à atual, optando-se, por conseguinte, voltar a sua frente para a referida praça.

No que se refere ao terceiro proprietário do sobrado, o Tenente Luís Francisco Freire, conhecido como Barão de Laranjeiras, homem de vultosa riqueza no período. Casado com Adriana Francisca Freire, de quem anos depois se divorciou consensualmente com autorização eclesiástica, o Barão de Laranjeiras esteve em posse de consistente patrimônio até 1856. Pai de Anna Profiria Freire do Prado Telles, representada no inventário por seu marido José Guilherme da Silveira Telles. Luís Francisco Freire teve outros dois filhos, Luís Francisco Freire, médico reconhecido e que faleceu ainda jovem, e o Tenente Coronel Alexandre Freire do Prado. O Tenente Luís Francisco era dono de três engenhos de açúcar: Roma (que lhe servia de residência oficial), Belém e Jerusalém, deixou fortuna composta

por bens de raiz em Sergipe e na Bahia, mais de uma centena de escravos, gado bovino e equino, caprinos, pássaros, dinheiro, móveis e objetos de louça, de prata e ouro, que constaram no inventário para partilha dos bens.

Muitos dos objetos identificados coincidem com a herança deixada a Adriana Francisca. No processo destaca-se um aparelho de chá dourado, um guarda louça envidraçado, meia mesa de louça, além de sofá de madeira envernizada, mesa redonda envernizada, banquinhos, camas, cadeiras, entre outros. Adriana Francisca ficou com metade dos bens arrolados no inventário, pois no momento da separação do casal os bens não haviam sido divididos e o testamento deixado pelo Barão parecia expressar essa “vontade”¹¹. Dentre os bens, destaca-se uma casa térrea na Rua do Sol, no valor de trezentos mil réis, no fundo do sobrado que fora adquirido dos herdeiros do Padre José Valentim, além da safra dos engenhos, propriedades, escravos e dinheiro, tendo ainda sua meiação dos bens.

Adriana requisitou seu quinhão e meiação em relação a outros bens como propriedades, escravos, objetos e valores. Dentre esses bens reclamados, estavam cem contos de réis em moeda corrente, quatro quinhões do sobrado comprados aos quatro herdeiros do Padre José Valentim de Oliveira Sobral, que ficava ao lado do Palácio Provincial, no valor de dois contos de réis; uma casa térrea com porão, onde funcionava a Tipografia Provincial e vizinha ao mesmo palácio, avaliada em um conto de réis, além da escrava Justa com seus dois filhos, Benvindo e Silvestre, e o escravo de nome Servolo.

Adriana provavelmente adquiriu os outros quinhões da casa dos herdeiros do Barão, o que tornou o sobrado propriedade exclusivamente sua. Na história de transmissão do imóvel, percebe-se que a necessidade de referenciar o Barão se explica pelo prestígio deste diante da obscuridade conferida a figura de Ana Francisca, não apenas como mulher, mas, sobretudo, como mulher separada numa sociedade católica oitocentista.

A última proprietária do sobrado, Maria Antonieta Costa Santos, recebeu o imóvel no ano de 1966, após a morte de Ana Freire Portela, que o havia comprado, segundo o IPHAN, de Anna Bomfim Pires, que, por sua vez, recebeu de Manuel Santos Lima, bisneto do Barão de Laranjeiras. Os dados, no entanto, indicam que a casa teria permanecido como propriedade de Adriana Francisca Freire, ex-mulher do Barão de Laranjeiras, apesar do histórico apresentado pelo IPHAN destacar que a transmissão da casa entre os herdeiros guarda relação com

11 Após a morte do Barão de Laranjeiras, em 14 de fevereiro de 1856, Alexandre Freire do Prado, seu filho, procedeu a abertura do testamento deixado pelo Barão em São Cristóvão. Diz, no inventário, que depois de aberto levou o testamento para ser registrado, quando ao passar pelo riacho de nome Pitanga, ou melhor, Nassalo, perdeu o referido testamento, não sabendo exatamente onde, dando apenas falta dele na cancela de Itaperaguá. A confusão feita por Alexandre ao tentar explicar como perdeu o testamento do pai, seguida da contestação da partilha dos bens pelos demais herdeiros, parecem revelar algum interesse dele em fazer desaparecer o testamento. Estranhamente, a maior beneficiada no processo foi Adriana Francisca Freire. SCR/1º Of. Série Cível – Inventários.CX. 12/ Geral 25 Doc. 18/03/1856

a família Silveira Telles. Neste sentido, nem a cultura material resgatada nem a documentação histórica compilada apontam para uma ocupação do edifício como um espaço de resolução de burocracias públicas. Desta forma, diante da ausência de referências históricas diretas ao sobrado, descartamos que este espaço tenha servido como ouvidoria da Cidade de São Cristóvão.

NÃO “OLVIDAMOS” O OUVIDOR

A presença de ouvidores no Brasil nas primeiras décadas que sucederam à chegada dos portugueses, para marcar oficialmente a “descoberta” das novas terras, teve um caráter tímido, que obedeceu ao ritmo lento do início do processo de colonização. Apenas com os Governos Gerais a figura do ouvidor se tornaria um elemento de especial importância para a administração colonial.

Na condição de protagonistas e expectadores de um processo que tem suas especificidades localizadas no tempo, os ouvidores passaram, a partir dessa fase, a assinalar a história brasileira de maneira por vezes contraditória, seja atuando em favor do desenvolvimento das capitâneas ou para o seu fracasso, ao se envolverem em escândalos de violência e corrupção.

Raymundo Faoro (2000: 159) explicou que o fracasso administrativo da empresa colonial experimentado nos primeiros anos no novo território foi de ordem política e deveu-se, muito mais, às expectativas em torno de grandes lucros que o empreendimento colonial prometia favorecer à metrópole. Segundo ele, “o governo-geral não nasce da ruína da colônia, mas da esperança de seus lucros”. Assim, a estrutura administrativa foi modificada com a finalidade de atender ao desejo de centralização dos poderes e maior controle da Coroa. Foram criados os cargos de ouvidor-geral, encarregado de servir como instância de apelação da justiça local, com competência condicionada aos recursos de Lisboa; de provedor-mor, incumbido dos impostos e taxas destinadas à metrópole e o de capitão-mor, responsável pela defesa do litoral.

Desse modo, a figura do ouvidor tinha uma importância vital no processo de colonização, visto que dentre as várias atribuições do cargo se destacavam o de lavrar e promulgar leis, constituir Câmara de Vereadores e agir como Comissários de Justiça, além de acolher denúncias e reivindicações da população acerca de corrupção e abusos cometidos por funcionários do Governo. Múltiplas funções que visavam intensificar a centralização da administração colonial e corrigir os erros cometidos pela estrutura administrativa anterior da colônia.

Em Sergipe, se tem notícia de ouvidores desde o ano de 1694, quando a Câmara solicita um para atuar na Capitania. Manoel Aires do Casal, em *Corografia Basílica*, destaca que somente por volta de 1696 a Capitania de Sergipe D’El Rey passou a contar com ouvidores. De modo mais preciso, podemos afirmar que os pedidos datam de 02 de julho de 1694, quando a Representação

da Câmara já solicitava ao Rei um ouvidor letrado para a Capitania de Sergipe (CTAN: Cx. 1, D. 62).

Neste sentido, o atendimento do pedido, dois anos depois, é o marco do início das reivindicações e disputas dos ouvidores pela casa que lhe serviria de residência. Desde esse período, as contendas tornam-se constantes, tendo em vista a necessidade de um local onde essa autoridade pudesse atender as reivindicações, acolher denúncias e despachar documentos e que sempre ficava condicionada à saída do ouvidor antecedente, nem sempre disposto a abrir mão do imóvel e das vantagens associadas ao cargo.

Documento datado de 29 de outubro de 1699, destinado ao Conselho Ultramarino na forma de consulta encaminhada pelo Chanceler da Relação da Bahia, João da Rocha Pita, sobre os proventos do ouvidor da Capitania de Sergipe del Rey, destaca os valores pagos a esses agentes. Dentre os valores recebidos pelo ouvidor, estavam duzentos mil cruzados de ordenado, quarenta mil de aposentadoria e cem mil de emolumentos em assinaturas, vistorias e medições, somando um total de trezentos e quarenta mil cruzados. Para o Chanceler, valores altos, sobretudo quando era a Capitania de Sergipe pobre no período e “não viverem nella moradores de fora que tenham cabedal, e pertencerem quase todas as heranças daquella Capitania aos moradores della...” (CTAN: Cx 1, D.76).

No que se refere ao valor destinado à aposentadoria, este representa um dado importante. O termo aposentadoria certamente tem aqui outro significado, referindo-se à quantia destinada para o pagamento dos aposentos pelo ouvidor durante as viagens. Como o cargo exigia dele, diante do tamanho da jurisdição, o constante deslocamento para outras vilas para realizar devassas, vistorias, os quarenta mil cruzados serviam para o pagamento das despesas de diárias nas estalagens, certamente em alguns momentos desnecessárias diante da importância do ouvidor e do interesse das autoridades locais em tê-lo como convidado.

Assim, caberia perguntar: este valor também servia para o pagamento do aluguel da casa em que ficava instalado o ouvidor na sede da Capitania? É bastante improvável que isso acontecesse. As constantes brigas entre os ouvidores pela casa, sempre nos momentos que sucediam a nomeação e consequente saída do ouvidor, revelam a existência de uma determinada casa, senão própria, alugada para este fim, o que explica os desentendimentos entre o novo ouvidor e o seu antecessor. Caso dependesse deles o pagamento do aluguel da casa, não haveria razão para as disputas na medida em que cada um teria certa liberdade para alugar outra casa e evitar desentendimentos. Na época em questão, é provável que já existisse uma casa para o ouvidor, ainda que simples, porém um local disputado tendo em vista o quadro de pobreza da Capitania.

A personagem do ouvidor na cidade de São Cristóvão, Sergipe, mostrou-se durante grande parte da história local uma figura polêmica, muitas vezes envolta

em conflitos administrativos e até mesmo em escândalos pessoais. Durante esse período, são diversas as querelas entre as autoridades. Um exemplo evidente dessas relações instáveis está na representação dos Oficiais da Câmara encaminhada em 10 de julho de 1724 ao Rei D. João V, onde pedem providências contra o Ouvidor. Segundo o documento, “Não temos outro remédio abaixo de DEos mas, que o destas queixas, a Vossa Magestade pera moderaçam ao menos nesses ouvidores dessa Comarca, que tanto destroem a pobre jurisdição desse Senado” e são responsáveis por grandes males à Capitania (CTAN: Cx. 2 D. 64).

No caso em questão, a Câmara diz ao Rei que em certa ocasião o Juiz, o Tenente Coronel Nicolão de Souza Furtado, o vereador Thomas da Costa e o procurador da Fazenda, fizeram vistoria na casa de um produtor de farinha de nome Benício, tendo em vista chegar ao conhecimento das autoridades que diante da falta desse produto para o consumo da população, que se encontrava “em grave necessidade de farinha”, ele dispunha de estoque em sua residência. Um fato que contrariava diretamente as orientações do governo e que visava, provavelmente, diante da escassez do produto, obter maiores lucros com a alta do seu preço num período de grande procura.

Como pena pela omissão do “farinheiro”, determinaram a sua notificação e a apreensão do produto. Embora tivesse ordem do Juiz para cumprir as sanções, Benício recorreu ao Ouvidor Antônio Soares Pinto, que decidiu por uma nova vistoria para livrar Benício da acusação, fato que ocorreu. Revoltados com a decisão do Antônio Soares, que estaria conforme a Câmara motivado por desavenças pessoais com as autoridades, o juiz ordenou através de petição aos oficiais que dessem ordem de prisão ao vendedor por este ter desobedecido a sua notificação.

O “farinheiro” reagiu de maneira violenta à ordem de prisão trazida pelo meirinho da correição, Jorge de Amorim Bezerra, que nada pode fazer. Algo que, para a Câmara, colaborava para a desmoralização da Justiça, pois era cada vez mais difícil com a presença dos ouvidores intervindo na sua jurisdição: “se assim continuarem esse ouvidores que só no liger [?] da Esta Justiça de Vossa Magestade podendo ao menos coartarem se e ficar esse Senado menos frustrado nas execuçoin’s do qui deve obrar, e o Povo menos sem remédio nessas ocaçoin’s” (CTAN: x. 2, D.64).

O contexto de violência em Sergipe durante os anos que se seguiram foi pouco alterado. Ainda na segunda metade do século XVIII, são diversas as denúncias das autoridades em relação ao elevado número de crimes praticados na Província, sendo, em alguns momentos, elas as próprias vítimas, o que denota o pouco respeito que as autoridades gozavam junto à população. Um caso emblemático desse frágil prestígio pode ser ilustrado com a carta escrita pelo Ouvidor Interino em 12 de março de 1824. Nela o Ouvidor relata dois episódios nos quais sua honra e autoridade foram questionadas por dois membros da Guarda da Província e

pede à autoridade maior que tome providências para “conservar ileza a Jurisdição e Authoria de que estou munido”.

A primeira dessas situações foi gerada por conta de um mandado de prisão feito pelo Ouvidor contra um sujeito de nome Jacob. A prisão de Jacob despertou a indignação do Cabo Francisco José da Alma que, ao tomar conhecimento do ocorrido, provavelmente por ser Jacob indivíduo pertencente ao seu círculo de amizade, ou mesmo parente de pessoa próxima a ele, tentou impedir a saída da diligência que levaria o preso. Na ocasião, segundo a narrativa constante no documento, o Cabo Francisco passou a atacar os responsáveis pelo transporte e a proferir “palavras injuriosas” contra o Ouvidor, dizendo que “não fazia conta do Ouvidor, e nem Sabia que couza era Ouvidor¹²” (APES, doc. G1, 2248). , o Ten. Cel. tomou nota, listando outros atos praticados pelo Cabo e, logo em seguida, mandando prendê-lo, coisa que não acalmou o Ouvidor, que ferido em sua honra confidenciou que mesmo com a sua prisão, “ainda não me dei por saptisfeito”.

No outro caso, referente à confusão também com um militar em torno da compra de alimentos, o Ouvidor explicou que solicitou a um dos vendedores de peixe de São Cristóvão, de nome Maria Luiza, que lhe reservasse alguns peixes que depois passaria para pegar. De acordo com o Ouvidor, ao saber disso o Sargento da Guarda Principal, João Paulo, juntamente com alguns outros militares, atacaram a vendedora Maria Luiza, tomando-lhe os peixes reservados para o Ouvidor e falando aos quatros cantos da cidade que pouco se importavam com ele. O ato provocador do Sargento pode ser considerado em certa medida denunciador do pouco respeito que membros da Guarda nutriam por certas autoridades e, do mesmo modo, revelador do cotidiano de São Cristóvão nas primeiras décadas do século XIX, num episódio envolvendo a força policial da época, uma vendedora e uma autoridade administrativa.

Assim, as fontes primárias nos mostram uma figura histórica bastante controversa, seja de grande importância na estrutura formal da administração colonial, seja odiada por muitos e com sua autoridade constantemente questionada, inclusive por membros estatais, o que provocou importante desgaste no prestígio reservado aos ocupantes do cargo. Com a análise documental, percebe-se por um lado que a versão histórica oficial tratou de higienizar essa personagem rebuscando o seu papel na história local a ponto de destinar-lhe a maior residência privada localizada em umas das áreas mais privilegiadas do centro histórico. Por outro, encobre uma história não muito comum no início do século XIX, uma mulher que consegue se separar do marido em uma época particularmente delicada para realizar tal feito. Mesmo pertencendo a uma elite socialmente privilegiada, Adriana teve uma vida cheia de percalços pelas decisões tomadas e que podem ser resumidas pelo silêncio imposto a sua experiência, tanto no histórico do

12 O documento é datado de 12 de março de 1824.

sobrado quanto na memória de São Cristóvão, em detrimento da versão que fez do sobrado de Adriana Freire a residência do Ouvidor em Sergipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados das intervenções realizadas no quintal do sobrado, foi possível pensar numa dinâmica das modificações do uso do espaço, identificando estruturas construtivas da antiga casa da Rua do Sol, século XVIII, cujos restos construtivos foram utilizados como aterro para nivelamento do terreno onde seria construído, na primeira década do século XIX, o sobrado adquirido pelo IPHAN.

Em toda sua existência o sobrado esteve sobre o poder da família Freire. Destacou-se com maior representatividade através da cultura material resgatada, contextualizada através de documentação histórica, a presença de Adriana Freire. Nas escavações realizadas no quintal, foi possível resgatar diversos artefatos de cozinha por ela herdados dos seus predecessores.

Adriana Freire foi casada com o Tenente Luís Francisco Freire, conhecido Barão de Laranjeiras, de quem se separou com permissão das autoridades eclesiásticas. Sua posição no espaço social da época, concedida pelo capital econômico, seria temporalmente abalada pela perda do prestígio vinculado à condição de esposa do Barão de Laranjeiras - um dos homens mais ricos da cidade no início do século XIX.

Após a separação, Adriana passou a habitar o engenho de uma das suas filhas e somente após a morte do Barão (1850), com a “perda” do testamento, ela volta à cidade de São Cristóvão como proprietária do sobrado. Após tais acontecimentos as informações documentais sobre a vida de Adriana Freire se calam e sobressai uma diversidade de artefatos e restos alimentares em quantidade e diversidade superior a todo o período de ocupação anterior do sobrado.

A história de Adriana, vinculada à maior edificação privada na praça hoje declarada patrimônio da humanidade, foi completamente suplantada nas primeiras décadas do século XX. As primeiras produções bibliográficas sobre os monumentos sergipanos já mencionavam a edificação como antiga Ouvidoria da cidade de São Cristóvão, sendo posteriormente respaldadas pelos órgãos de proteção ao patrimônio histórico.

Tal mito teria sido a principal justificativa para a compra do sobrado, cujo objetivo era transformá-lo num escritório técnico do IPHAN, devolvendo assim ao bem público um edifício que teoricamente teria sido um dos primeiros da cidade a ter essa função. Mesmo diante das informações aqui reveladas, a então direção regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico decidiu que o sobrado não deveria ser vinculado à Adriana Freire e os resultados da pesquisa foram sufocados. Após as obras de restauro o edifício recebeu uma placa reafirmando o discurso oficial: “restauração do sobrado da antiga ouvidoria, 16 de agosto de 2006. Programa Monumenta”, fazendo-nos lembrar, segundo Michel

Foucault, que “... por trás de todo poder, de todo o conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber” (2003:5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe:

SCR/1º Of. Série Cível – Inventários

CX. 12/ Geral 25 Doc. 18/03/1856

Cx. 04/Geral 17 Doc: 01/12/1815

Livro de Notas 1º Of. Livro 3 Cx: 1

Arquivo Público do Estado de Sergipe:

Doc. G1 – 2248, 2256

ALBUQUERQUE, Marcos. 1980. Escavações arqueológicas realizadas na Igreja quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, em Olinda. In: *Clio, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife, (3): 89-90.

ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. 2000. Esboço biográfico de Inácio Barbosa. v I. Gráfica Sercore, Aracaju.

ARANTES, Antonio Augusto, (org). 1984. Produzindo o passado. Brasiliense, São Paulo

BOURDIEU, Pierre. 2009. O Poder Simbólico. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

BURKE, Peter. 1992. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. Editora UNESP, São Paulo

CAGNANA, A. 2000. *Archeologia dei materiali da costruzione*, Mantova.

CANDIDO, Antonio. 1995. O significado de Raízes do Brasil (prefácio). In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. – Companhia das Letras, São Paulo.

CARTA DE QUITO. 1967. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em 20.05.2010.

FAORO, Raymundo. 2000. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Vol. 1/10ª ed. – Globo, São Paulo.

- FERREIRA, Jurandyr Pires. 1986. Independência Completa de Sergipe. In Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. 1997. O Patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Editora UFRJ/IPHAN, Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, Michel. 2003. A verdade e as formas jurídicas. NAU Editora, Rio de Janeiro.
- HARRIS, E.C. 1991. Princípios da Estratigrafia Arqueológica. Ed. Crítica, Barcelona.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). 1997. O Brasil Monárquico. Tomo II: Declínio e Queda do Império. Por Myrian Ellis et al. História Geral da Civilização Brasileira; v. 4, t. 2. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- _____. 1997. O Brasil Monárquico, tomo II: Dispersão e Unidade. Por Fernando Henrique Cardoso et al., História Geral da Civilização Brasileira; v. 2, t. 2 Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- LACERDA, Arthur Virmond de. 2000. As Ouvidorias do Brasil Colônia. Juruá, Curitiba.
- LACERDA, Ana Maria Carvalho de. 2006. Vidros do Campo da Pólvora: Análise preliminar. Disponível em <http://www.editoravirtual.netfirms.com/arqueologia.htm>. Acesso em 05 de abril de 2007.
- LE GOFF, Jacques. 1996. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão, 4 ed. Editora da UNICAMP, Campinas.
- LEMOS, Carlos A. 1989. A casa brasileira. Contexto, São Paulo.
- LIMA, Tânia Andrade. 1989. Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. In: Clio - Série Arqueológica - Revista do Mestrado de História, Recife, (5): 87-99.
- _____. 1993. Arqueologia Histórica no Brasil: Balanço Bibliográfico. Anais do Museu Paulista. Nova Serie 1.
- KARNAL, Leandro (org.). 2004. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 2. ed. Contexto, São Paulo.

- MAIA, Maria Garcia Pereira e NASCIMENTO, Judite. 2006. Rua das Olarias de Tavira- Portugal: sondagens arqueológicas. Disponível em www.arqueotavira.com, acesso em 10 de junho de 2007
- NAJJAR, Rosana. 2005. Arqueologia Histórica – Manual. IPHAN, Brasília.
- MANNONIT. 1994, Caratteri costruttivi dell’edilizia storica. Associazione Ricerche Fortificazioni Altomedievali, Trento.
- NOWAK, R.M. 1999. Walker’ mammals of the world. Volume 2, 6ª ed. The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.
- NUNES, Maria Thétis. 1989. Sergipe Colonial II. Universidade Federal de Sergipe. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- _____. 2000. Sergipe Provincial I: 1820-1840. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- PARENTIR. 1994, I materiali da costruzione, le tecniche di lavorazione e gliattrezzi. Mantova: MonteBarro 2-4 settembre.
- PAULA COUTO, C. de. 1979. Tratado de Paleomastozoologia. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro.
- PRADO, Ivo do. 1919. A Capitania de Sergipe e seus Ouvidores: Memória sobre Questões de Limites. Papelaria Brasil, Rio de Janeiro.
- RIEGL, Aloïs. 2008. El Culto Moderno a los Monumentos. Machado Libros, Madrid
- SANTANA, Antonio Samarone de. 2001. As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios. O autor, Aracaju.
- SANTANA, Pedro Abelardo. 2003. Da Bahia a Pernambuco no século 16. Viagens entre dois pólos da colonização do Brasil. SESC – UFS, Aracaju .
- SANTOS, Lourival Santana. 1999. Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania de Sergipe (1619-1822). Lourival Santana Santos, Maria Thetis Nunes. Universidade Federal de Sergipe, Departamento de História; Editora da UFS São Cristóvão.
- SANTOS, Marcelo. 2001. “Irmãos da Santa Conveniência”: A Ordem Terceira de São Francisco na cidade de São Cristóvão (1840-1870). Monografia de Licenciatura em História, DHI/CECH/UFS, São Cristóvão.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1990. Conquista e Colonização da América Portuguesa. Brasil Colônia – 1500/1750 IN: LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. 9 ed. Elsevier, Rio de Janeiro.

SILVA FILHO, José Thiago. 2000. Servindo ao Corpo e a Alma: A Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão. Séculos XVIII e XIX. Monografia de Licenciatura em História, DHI/CECH/UFS, São Cristóvão.

SILVA, Luis Octávio da. 2004. Os quintais e a morada brasileira. Caderno de arquitetura e urbanismo, Vol. 11, n. 12. PUC Minas, Belo Horizonte.

ZARANKIN, Andrés. 2001. Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires. Tese de doutorado. UNICAMP.